



rel. UNIPER

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

UNIVERSIDADE DO TRABALHO

DISTRIBUIÇÃO

Ao
Exmo. Sr.

Prof. Américo Teixeira.

(Projeto de lei de criação
da Universidade do Trabalho)

HUMBERTO GRANDE

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO TRABALHO

Ilustre colega!

Na audiência especial em que o Ministro de Educação e Cultura o Prof. Cândido Motta Filho recebeu os membros integrantes da Comissão da Universidade do Trabalho, pudemos todos nós pessoalmente verificar o interesse e o entusiasmo que S. Excia. manifestou sobre as possibilidades da criação de uma Universidade do Trabalho no Brasil. Nesta oportunidade, sobre o assunto procurei expor sinteticamente os meus pontos de vista, e do mesmo modo procederam o Prof. Anísio Espinola Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Dr. Oscar Saraiva, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Prof. Joaquim Faria Goes, Diretor do SENAI, como representante da Confederação Nacional da Indústria, o Dr. Maurício de Carvalho, representante da Confederação Nacional do Comércio e o Prof. Luiz Alves de Matos, Diretor do Instituto Brasileiro de Administração.

Agora, ao instalar a nossa Comissão, e antes mesmo de começarmos o nosso trabalho, quero apresentar algumas sugestões mais concretas sobre a importante iniciativa, pois a respeito já publiquei um opúsculo, já conhecido de todos presentes. Inicialmente submeto à apreciação o seguinte projeto de Lei:

LEI Nº DE

CRIA A UNIVERSIDADE DO TRABALHO

Art. 1º. Fica criada a Universidade do Trabalho, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2º. São as seguintes as finalidades da Universidade do Trabalho:

- 1 - Formar e desenvolver a consciência do valor do trabalho na civilização.
- 2 - Levantar o nível intelectual, moral e financeiro das massas.
- 3 - Permitir o desabrochar do humanismo do trabalho.
- 4 - Contribuir para o aperfeiçoamento das indústrias existentes.
- 5 - Contribuir para a racionalização crescente do trabalho.
- 6 - Ministrare o ensino, em nível médio e superior, a fim de habilitar o trabalhador ao exercício consciente de sua função.

7 - Favorecer as pesquisas que visam ao conhecimento do mercado do trabalho, às condições exigidas para o exercício do mesmo, bem como à orientação e à seleção profissional.

Art. 3º. Para execução de seus fins a Universidade do Trabalho manterá os seguintes estabelecimentos:

A - Essenciais:

1) de nível médio:

Escola Comercial

Escola Industrial

Escola de Auxiliar de Enfermagem

Escola Agrícola

2) de nível superior:

Escola de Administração e Política

Escola de Serviço Social

Escola de Ciências Econômicas

Escola de Ciências Contábeis

Escola de Ciências Atuariais

Escola de Enfermagem

Escola de Agronomia e de Veterinária

Escola Politécnica.

B - Complementares:

Instituto de Orientação e Racionalização do Trabalho (I.D.O.R.T.)

Instituto de Seleção e Orientação Profissional (I.S.O.P.)

Instituto de Pesquisas

Art. 4º. Ficam incorporadas à Universidade do Trabalho, como de nível médio:

a) a Escola Comercial (cursos da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas - Praça 15 de Novembro).

b) a Escola Técnica Nacional

c) a Escola Agrícola Rural Virgílio Varzea : (Jacarepaguá).

d) a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Assistência médico-social da Armada.

Art. 6º. Ficam incorporadas à Universidade do Trabalho, como de nível superior:

a) o curso de Serviço Social criado pela lei nº 452, de 1947, desincorporando-se da Universidade do Brasil e tomando o nome de Escola de Serviço Social.

- b) Cursos de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (da Praça 15 de Novembro), desmembrados em três escolas de que trata o ítem 2 da letra A.
- c) a Escola de Enfermagem Luiza de Marillac
- d) a Escola de Administração, mantida pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 7º. Oportunamente serão incorporados cursos de engenheiros industriais, eletricitas e geógrafos, de química industrial e outros, constituindo a Escola Politécnica.

Art. 8º. Ficam incorporadas, como instituições complementares:

- a) o I.D.O.R.T.
- b) o I.S.O.P., mantido pela Fundação Getúlio Vargas.
- c) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- d) o Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 9º. Fica criado o Instituto de Pesquisas.

Art. 10. Será estabelecida, mediante acôrdo, articulação com os seguintes órgãos:

- a) Fábrica Nacional de Motores.
- b) Escola Técnica do Exército.
- c) Usinas de Volta Redonda.

Art. 11. Os Estatutos serão baixados dentro de 60 dias pelo Poder Executivo.

Art. 12. Serão reconhecidos, como válidos, pelo Poder Público, os diplomas e certificados expedidos pelas unidades Universitárias.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário à execução desta lei.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Vejamos uma justificativa para êsse ante-projeto.

No ano de 1952, em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, lancei perante todos os representantes das Nações ali presentes, a idéia da criação de uma Universidade Mundial do Trabalho, com o objetivo de organizar cientificamente o trabalho em todos os países do planeta. A iniciativa foi muito bem recebida. Pelo documento que agora anexo (documento nº 1),

verifica-se que na Comissão de Aplicação das Convenções e Recomendações da 35ª Sessão afirmei o seguinte:

"Cette université du travail, qui serait une institution moderne, basée sur des méthodes techniques expérimentales, fournirait un enseignement général sur les questions du travail et s'efforcerait de créer un humanisme social. Il espère que la Commission appuiera cette proposition et lui donnera la suite nécessaire afin qu'elle puisse être mise à exécution."

O que, porém, mais me interessa, é que esta idéia triunfe no Brasil. Este necessita, realmente, de uma Instituição daquela ordem, para formar o nosso povo, nova mentalidade e originar uma geração trabalhista.

A criação dessa Universidade no Brasil viria reformar o nosso sistema pedagógico, conferindo-lhe mais objetividade dentro das realidades nacionais. No meu entender, a escola verdadeira é a grande oficina, onde se constrói uma nova civilização, mais humana e perfeita.

Por isso os grandes pedagogos da época compreenderam que é mister relacionar a escola com o trabalho. Daí nasceu com Kerschesteiner a idéia da "Arbeitschule", muito mais de acordo com os tempos que a "Buchschule". A escola do trabalho facilmente reconheceu a universalidade do trabalho e a sua excelência como método pedagógico, para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Ela abrange todas as coisas, e com tudo mantém relações, principalmente com a própria vida. O trabalho pode gerar beleza, criar o bem, promover a justiça, revelar a verdade e sentir melhor o divino; produz em todos os sentidos.

O trabalho é ação e movimento, força e energia, poder e domínio, a própria fonte da vitalidade. Torna-se, como tal, gerador da cultura e criador da civilização.

A escola do trabalho, que deve ser a escola de todos, percebe essa admirável realidade, e em grau superior, aspira transformar-se em Universidade do Trabalho, cuja finalidade reside em usar de todos os meios, de todos os valores, de todos os bens da cultura, para fecundar o trabalho, aumentar-lhe o rendimento, desenvolver a produção e criar mais riquezas.

Para chegar a tal resultado, esta Universidade lança mão da ciência, da técnica, da arte e da própria filosofia. Assim deseja povoar as fábricas, as usinas, a indústria, o comércio e a agricultura de homens capazes, empreendedores, realizadores e construtivos.

A Universidade do Trabalho é um reconhecimento pleno do esforço humano. Deseja alcançar um trabalho superior, qualificado,

bem feito e bem acabado, com base científica, artística, moral e filosófica. Assim pode obter, realmente, um trabalho correto, preciso e exato; um trabalho belo e harmonioso; honesto e digno; e enfim, um trabalho universal e de valor permanente.

Uma Universidade do Trabalho deverá ser uma Universidade técnica e profissional, objetiva, realística, prática e estimuladora da nossa economia; uma Universidade para formar homens de ação, chefes de indústria, diretores de empresas, operários especializados e competentes, técnicos de toda ordem.

Universidade, na expressão mais simples da palavra, é o que tem unidade, isto é, o que constitui um sistema. A civilização moderna inspira-se toda ela no trabalho organizado. A Universidade, no sentido tradicional, herdeira de tradição secular nutre-se do aspecto da cultura geral desinteressada. Se a ela foram incorporadas, com o correr do tempo, instituições técnicas ou politécnicas, essas acabaram por receber certo influxo daquela tradição acadêmica, como não podia deixar de acontecer. É mister voltar os nossos olhos para os aspectos do trabalho, cuja preparação ainda não se faz com a necessária base científica e filosófica. A exemplo do que vem realizando o Uruguai (La Universidad del Trabajo) e o México (Las Universidades Obreras), para não citar as Universidades Norte-Americanas, temos que seguir nova direção, acompanhando o ritmo da civilização depois da revolução industrial e as transformações consequentes.

A expressão Universidade do Trabalho já indica o caráter especial que esta Instituição deve ter, reunindo todos os centros de ensino e pesquisa que forneçam as técnicas necessárias à execução do trabalho racionalizado. Assim, não há necessidade que, nesse conjunto, todos os cursos sejam de nível superior. Antes nela devem dominar os cursos de nível médio.

Se há cursos de nível médio e superior subordinados ao Ministério da Guerra e da Aeronáutica, se há uma Universidade, a Universidade Rural, subordinada ao Ministério da Agricultura, não há impedimento para que a Universidade do Trabalho seja subordinada ao Ministério do Trabalho. É fácil encontrar a justificativa para existência dessa Instituição nos países que querem estar à frente do progresso.

Cabe à Universidade, como sustentei em diversos livros, proceder à compreensão da época, ao estudo do século, à análise dos tempos, e por isso mesmo, determinar a solução dos grandes problemas sociais, as diretrizes da reorganização da sociedade, garantindo, pela seleção dos valores, o culto da competência e o prestígio real das elites. Nos povos cultos, a Universidade constitui o órgão máximo da cultura, porque guarda a experiência do passado, estuda o presente e orienta o porvir;

ela é o facho luminoso do saber que deve dirigir os destinos da civilização humana. Por isso, precisa atualizar sempre os seus métodos e processos, e ser representativa dos mais elevados ideais humanos, para se tornar, realmente, uma força contra a desordem, desorganização e decadência. O momento requer uma Universidade ativa, militante e combatente, que tenha a coragem de lutar contra a barbárie e a brutalidade contemporâneas. A sua missão suprema é a de lutar pela cultura, para salvar a civilização; é a de guiar os povos no caminho do progresso, para a salvação da humanidade. Diante do exposto, é claro que não consideramos a Universidade apenas como uma velharia educacional, digna do respeito pelo seu passado, cheia de serviços à civilização, mantida ainda agora piedosamente com os seus processos medieválicos, vestes antiquadas, latim e teologia, cursos e graus. Não. Pensamos sinceramente que a Universidade tem decisivo papel na reconstrução do mundo. Mas, para tal ela precisa formar não só cientistas e filósofos, profissionais e doutores, artistas e investigadores, mas também políticos e estadistas, escritores e jornalistas, chefes de indústria e homens de ação. A Universidade precisa corajosamente liderar os destinos da nossa espécie. Assim precisa entrar em contacto com a vida da época, com os problemas do momento; discutir as questões políticas, econômicas, financeiras e culturais do dia, participar das atividades sociais, orientar o povo, combater os erros da administração, apontar as faltas na conduta dos governantes, colaborar com os poderes públicos, enfim, viver a vida trepidante do mundo. Nunca deve recuar nesta obra de renovação. Através das Universidades, prestigiadas pelas Nações, as elites podem organizar-se, cooperar no mesmo programa e só assim influenciar decisivamente a mentalidade popular.

Em conclusão. Uma Universidade do Trabalho deve ser uma Universidade popular. Certa vez apresentei os planos e estudos sobre a matéria, convicto de que a Universidade do Trabalho constitui hoje uma Instituição altamente necessária a todos os povos cultos que desejam progredir através do esforço humano bem orientado. No Brasil, ela virá integrar o nosso sistema universitário, completando-o, fazendo valer uma noção atualizada e moderna de Universidade que consulte os imperativos dos tempos. Poderá assim como verdadeira Universidade popular aproximar a elite do povo, exaltando o trabalho e dignificando a pessoa do trabalhador. O seu objetivo máximo está em ser a cúpula de uma legislação trabalhista tão avançada como a nossa, dando o mais alto sentido ao nosso governo e formando uma elite trabalhista dirigente, isto é, competentes trabalhadores em todos os setores da atividade humana, operários idôneos, chefes de indústrias, homens de negócios bem orientados e especialistas profissionais.

Tal é a diretriz da educação moderna. Como bem observou, em magnífico estudo sobre a crise educacional brasileira, o Prof. Anísio Teixeira: "Sòmente, nos fins do século dezenove, começa-se, no mundo, a rever e transformar essa situação, com o aparecimento da chamada educação nova, do trabalho, ativa ou progressiva, que mais não é do que a percepção de que a formação do homem comum ou, melhor, a formação de todos os homens não podia obedecer aos mesmos métodos de formação de uma classe especial de estudiosos, eruditos, intelectuais ou cientistas. A escola chamada tradicional, com a sua organização, o seu currículo, os seus métodos, sòmente teria eficiência para o tipo muito especial de alunos, a que sempre servira, isto é, aqueles muito capazes e que se destinassem a uma vida de estudos literários ou científicos. Ora, nenhuma nação pode pretender formar todos os seus cidadãos para intelectuais. E como nenhuma escola também seria capaz disso, a escola comum, intelectualista e livresca, se fez uma instituição mais ou menos inútil para a maioria dos seus alunos.

A reforma dessa escola está em plena marcha em todo o mundo. Dia a dia, as escolas primárias e secundárias se fazem mais ativas e práticas e as escolas superiores mais técnicas e especializadas. Cada escola passa a procurar servir mais diretamente aos seus fins, independente de qualquer preconceito social ou intelectual. Esse, o sentido da renovação educacional do nosso século.

As escolas passaram a ter dois objetivos: a formação geral e comum de todos os cidadãos e a formação de quadros de trabalhadores especializados e de especialistas de toda espécie exigidos pela sociedade moderna."

Nesses termos é também de como situo o problema da realização da Universidade do Trabalho no Brasil. Sei perfeitamente que não é fácil por em prática o que foi sucintamente exposto. Teremos de vencer mil obstáculos, para alcançarmos algum resultado objetivo. E eis o que importa. Porisso não desejo de modo algum que os meus planos preponderem e sejam os únicos a serem estudados. Não. Se a experiência dos meus ilustres colegas e amigos encontrar uma fórmula mais prática e viável, estou certo que todos nos encaminharemos em tal direção. Talvez tenhamos de começar por uma Faculdade básica, de formação de líderes. Da união dos nossos esforços, do trabalho em conjunto, do desejo de melhorar o nosso ensino técnico e profissional, entretanto, dependerá de chegarmos a conclusões fecundas e rendosas, com as quais poderemos auxiliar a ação criadora do governo.


Humberto Grande

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O ENSINO INDUSTRIAL A PROPOSITO
DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO TRABALHO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO INDUSTRIAL A PROPOSITO
DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO TRABALHO

Problemas de mão de obra na indústria em geral

- 1 - Na indústria a maior parte dos operários trabalha nos processos de extração de matérias primas, no seu beneficiamento, no seu transporte para os centros de transformação, na sua transformação em bens de consumo, no seu transporte para os pontos de distribuição, na extração de combustível e na produção de energia elétrica, e em trabalhos auxiliares.
Um grupo menor se dedica à fabricação de ferramentas, de máquinas ou peças de máquinas e de motores e outros equipamentos destinados à produção de bens de consumo, de energia e de transportes.
Um grupo ainda menor se dedica aos reparos das máquinas, dos motores e dos equipamentos.
- 2 - Os operários que operam máquinas e ferramentas como os que as constroem e consertam se repartem entre não qualificados, semi-qualificados e qualificados e mestres.
- 3 - Nos países de alto desenvolvimento industrial os não qualificados e os semi-qualificados, salvo exceções limitadas, devem ter concluído um curso primário e o adexramento nas operações do trabalho, feito no próprio emprêgo.
- 4 - Dos operários qualificados se exige, além da escolaridade primária, uma formação especial onde são ministrados conhecimentos de ciências aplicadas e as técnicas manuais de execução do trabalho.
- 5 - A quase totalidade de operários que operam máquinas e ferramentas é composta de não qualificados e semi-qualificados, com exceção de alguns tipos de indústria de que são exemplos bem típicos a de fabricação de móveis e as indústrias gráficas que usam elevada porcentagem de operários qualificados.
- 6 - As indústrias de fabricação de máquinas, de motores, de ferramentas e de equipamentos utilizam porcentagem ponderável de operários qualificados, salvo os casos de fabricação em série

em que avulta ponderável porcentagem de semi-qualificados.

- 7 - As oficinas de manutenção de máquinas e de motores empregam e levada porcentagem de operários qualificados.
- 8 - A distribuição de operários do ponto de vista estatístico, tomada a indústria em globo é a seguinte:

Operários não qualificados e semi-qualificados (74%)	<ul style="list-style-type: none"> — Braçais - 21% — Operadores de máquinas - 26% — Semi-qualificados - 27%
Operários qualificados (20%)	<ul style="list-style-type: none"> — Artífices de todos os tipos
Pessoal técnico e administrativo de supervisão e controle (6%)	<ul style="list-style-type: none"> — Administradores — Técnicos — Mestres

- 9 - Do exposto acima e resumido o que foi dito constata-se que mais de 70% dos operários da indústria realiza a sua formação primeira através a frequência a uma escola elementar de longa duração (cinco, seis e sete anos, na maioria dos países industriais) e completa a sua formação através um período de aprendizagem de duração reduzida no próprio emprêgo.
- 10 - Nos países industrializados os operários qualificados realizam a sua formação por um dos seguintes caminhos:
- a) escola primária completa, de longa duração, seguida de um período, também longo, de aprendizagem do ofício no próprio emprêgo. Esta é a fonte mais abundante de formação de oficiais de ofício em todos os países industriais;
 - b) escola primária de longa duração, seguida de um período, também longo, de aprendizagem do ofício no próprio emprêgo, completado com a frequência de oito horas por semana a uma escola profissional para integração da prática com conhecimentos tecnológicos teóricos.
- Esta fórmula revela tendência à expansão em países industrialmente desenvolvidos;

c) escola primária de longa duração e frequência posterior a uma escola profissional de tempo integral, de grau médio de quatro ou mais anos de duração.

A formação de operários qualificados em escola profissional é a mais dispendiosa e produz uma parcela relativamente reduzida de profissionais em todos os países industriais.

- 11 - Os mestres são promovidos dos grupos de operários acima analisados em razão da confiança que merecem do patrão, das suas qualidades de chefia, da sua experiência no trabalho. Alguns deles recebem cursos rápidos de aperfeiçoamento.

A formação de mão de obra industrial no Brasil

12 - No Brasil a maioria dos jovens que ingressa na indústria, em ocupações não qualificadas ou qualificadas, o faz após dois a nos, em média, de escolaridade elementar de horário reduzido. Nessa reduzida escolaridade elementar reside o ponto crucial do caso brasileiro.

13 - O treinamento prático de operários não qualificados e semi-qualificados é feito entre nós inteiramente no próprio emprêgo.

14 - A formação de operários qualificados é talvez em 98% feita também no próprio emprêgo. A situação é aqui bem mais grave, dada a limitada escolaridade prévia dos aprendizes e a dificuldade muito maior de formação técnico-prática desse tipo de trabalhador. Sendo ainda nova e em fase de formação a indústria brasileira carece de suficiente tradição para oferecer condições ricas para esse treinamento. Outro fator de agravamento reside na velocidade do crescimento industrial a gerar uma demanda de mão de obra especializada a que o sistema vigente não pode dar vazão.

Em consequência proliferam os meio-oficiais, pela utilização dos apenas iniciados e habilitados nas funções de oficial completo.

15 - Pretendeu-se no Brasil assegurar a formação de operários qualificados através a criação de escolas profissionais. Há cerca de 50 anos o governo federal criou uma rede de estabelecimentos

mentos desse tipo, um em cada capital. Alguns Estados, mormente São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e o Estado do Rio imitaram o governo da União. Tais estabelecimentos, surgidos antes do surto de industrialização do País, como entidades encasteladas no sistema burocrático da administração pública, permaneceram distantes das fábricas sem plasticidade para os múltiplos reajustes das suas necessidades e realidades.

- 16 - A criação do SENAI nasceu de um pensamento realístico. Já que a formação de mão de obra qualificada é feita no próprio emprego com deficiências técnicas e quantitativas, parecia interessante organizar-se um sistema escolar que complementasse a citada formação.

O menor empregado frequentaria a fábrica e a escola em dias alternados ou faria a sua iniciação técnica na escola, complementando em seguida a sua aprendizagem na fábrica.

Uma segunda forma de ação do SENAI, se junta agora àquela primeira, sob a forma de assistência aos empregadores na sistematização do treino de aprendizagem menores e maiores no próprio emprego.

Este programa inclui também o treinamento dos mestres de fábrica para desempenho de suas funções de chefia de grupos. A experiência dos últimos anos parece indicar que essa forma de ataque ao problema de mão de obra representa caminho de grandes possibilidades.

O SENAI apresenta a grande vantagem de sua íntima articulação com a indústria e a sua extrema plasticidade.

- 17 - Além do problema dos operários semi-qualificados, dos qualificados e dos mestres deve ser considerado o dos técnicos. Neste setor o Brasil vem seguindo a orientação de outros países industriais ao organizar cursos técnicos de nível médio, de três anos de duração, acima dos cursos industriais, dos comerciais básicos e do ginásio.

Tais cursos foram instalados em alguns dos edifícios onde já funcionavam cursos industriais de escolas federais, estaduais e particulares. A sua aceitação vem crescendo lentamente. Nem todos os cursos lograram, de início, instalações adequadas de laboratórios, nem foram planejados segundo as realidades da indústria.

18 - Releva acentuar, por outro lado, que só um número reduzido de fábricas começa no Brasil a absorver técnicos graduados. É natural, portanto, uma certa decepção de jovens concluintes em cursos técnicos que não logram emprêgo nas especialidades em que se formaram.

19 - De modo muito breve aludiremos aqui aos cursos de engenheiros de nível universitário, apenas para salientar o grande déficit do País nêsse setor.

As escolas de engenharia em número ainda insuficiente, oferecem oportunidades de estudo a um grupo muito abaixo das necessidades do País, crescentes de ano para ano.

Resulta no início de cada ano escolar uma grande afluência de candidatos ao vestibular para um número reduziíssimo de vagas e, em consequência, uma perda de ponderável número de jovens aproveitáveis, num país de carência de engenheiros.

20 - Do exposto vê-se que o ensino industrial brasileiro comporta um curso industrial de 4 anos, um curso de mestrança de mais um ano, um curso técnico de três anos, sobreposto ao industrial e os cursos de engenheiros e químicos industriais, de nível universitário, de cinco anos de duração.

As leis em vigor já permitem que os concluintes de todos os cursos médios agrícolas, normais, comerciais, clássicos, científicos e técnicos industriais possam ingressar nos exames vestibulares de cursos superiores.

Há, pois, uma articulação legal e potencial dos cursos de nível médio com os de plano superior.

Aperfeiçoamento do sistema de ensino industrial do Brasil

21 - Em nosso entender, o progresso das escolas técnicas de nível médio do Brasil não reside numa política de sua multiplicação apressada, mas no equipamento das existentes, na parte de laboratórios e outras instalações, de assegurar-lhes professorado especializado e suficiente plasticidade e autonomia para as progressivas adaptações à realidade industrial brasileira.

22 - Entre as medidas acima deve ser incluída a da instalação de cursos de engenheiros mecânicos, eletricitas, têxteis e in-

dustriais em algumas das nossas escolas técnicas. Tal medida ofereceria possibilidade de aumento de oportunidade de cursos de engenharia de que tanto carece o País. As oficinas mecânicas e elétricas de algumas dessas escolas assegurariam aos cursos de engenharia condições de ensino prático mais ricas do que as existentes nas demais escolas universitárias. Por outro lado, algumas das escolas técnicas possuem áreas onde construir pavilhões para os laboratórios de que careçam. Tal localização enriqueceria, por sua vez, a articulação desse curso superior com os cursos técnicos de grau médio, com recíprocas vantagens de estimulação, atração e consequente seleção de candidatos aos cursos para operários e técnicos e provável ênfase nos aspectos práticos e aplicados dos cursos de engenharia, em razão do ambiente de oficinas da escola. Por último, a medida proposta poderia oferecer oportunidades de maior contáto dos jovens engenheiros com as fábricas.

- 23 - A coexistência e a articulação de cursos técnicos médios com os de nível superior não deve significar que todos os concluintes do primeiro degrau ascendam ao segundo. Um plano seletivo de exame vestibular fará com que a maior parte dos técnicos ingresse nos emprêgos industriais e só os mais bem dotados possam subir aos cursos de engenharia.
- 24 - Nem se deveria partir para um programa de criar novos cursos de engenharia em tôdas as escolas técnicas do País. Limitaria essa expansão às escolas das cidades do Rio, Belo-Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.
- 25 - Também deve estar presente que entre as providências da implantação desses cursos deve ser considerada a hipótese da contratação de uma missão estrangeira de professores para suprir possíveis carências de pessoal em algumas especialidades.
- 26 - Quando falamos em cursos de engenharia estamos admitindo a distinção entre os de maior duração, com base matemática mais extensa, usualmente politécnicos, ministrados nas universidades de vários países e outros, de menor duração, de menor exigência na parte matemática e de mais acentuada especialização num determinado setor.
- Os primeiros formam engenheiros de uma categoria mais eleva --

da, para postos de maior responsabilidade técnica. Os segundos formam engenheiros mais práticos, destinados a intervir diretamente nos trabalhos de execução, que tenham sido planejados e detalhados nos escritórios.

Exemplos que podem inspirar a organização de cursos de engenharia de menor extensão de anos de estudo são os ministrados nas escolas "des arts et metiers" de França e os cursos part-time de engenheiro mecânico (Ordinary National Certificate) da Inglaterra.

Como é sabido há dois tipos de curso de engenharia na França, o ministrado nas escolas politécnicas que formam engenheiros para o Estado. Os estudantes ingressam nesses cursos com o baccalaureat e realizam estudos com grande ênfase em matemática.

Os cursos de engenharia das escolas "des arts et metiers" têm duração mais reduzida e implicam ênfase nas atividades de oficinas. Tais engenheiros de preferência se encaminham para as fábricas.

A Universidade do Trabalho e a experiência de outros países

27 - A esta altura caberia considerarmos o problema da "Universidade do Trabalho".

A instituição mais expressiva desse tipo, talvez a única no mundo que possa merecer alguma atenção é a Universidade do Trabalho de Charleroi, na Bélgica. Trata-se em verdade de uma reunião em um mesmo local de um conjunto de escolas profissionais de nível médio, com os seus cursos regulares e de aperfeiçoamento a que se juntaram cursos de engenharia e cursos de comércio de nível superior.

Desejamos destacar dois merecimentos na organização que residem na articulação mais perfeita entre os cursos profissionais de nível médio e os de nível superior e na sua íntima entrosagem na vida industrial. Para esse fim possui a instituição completa autonomia administrativa, didática e financeira, substituída na sua gestão a engrenagem burocrática do estado pelo influxo dos industriais, principais interessados no seu sucesso.

Os Estados Unidos e os países industriais da Europa não adotaram o exemplo da Bélgica. Preferiram guardar o nome de "Universidade" para as organizações de linhas tradicionais, o qual não exclui a expansão dentro delas dos estudos científicos, técnicos e práticos do século. Foi na América Latina que o nome de "Universidade do Trabalho" encontrou fascinação incomum. Países muito novos e ainda distantes da posse de uma vida industrial vem pregando êsse tipo de instituição. Não raro o nome vem sendo utilizado nos embates junto às massas ascendentes.

Três países latino-americanos avançaram um pouco mais e transformaram o movimento verbal em providências legislativas. Num dêles foram reunidas modestas escolas profissionais de nível post-primário sob o nome de "Universidade do Trabalho". Trata-se de um novo e simples batismo sem qualquer alteração substancial e sem nenhuma nova contribuição ao problema de mão de obra industrial.

Num outro, na Argentina, a criação da "Universidade do Trabalho" esteve exclusivamente ligada aos propósitos políticos e demagógicos do movimento peronista.

O movimento latino-americano no assunto não nos parece fornecer, portanto, nenhuma experiência encorajadora.

Cabimento de uma "Universidade do Trabalho" no Brasil

28 - Em que uma "Universidade do Trabalho" poderia contribuir para a melhoria da formação da mão de obra industrial do Brasil?

As escolas industriais brasileiras, como já mostramos, já reúnem num mesmo prédio vários cursos básicos de nível médio.

Já reúnem também cursos de mestrança e técnicos industriais do 2º ciclo, o que vale dizer, já possuem o direito de formar operários qualificados, mestres e técnicos. Por outro lado, já está assegurado por lei aos jovens que concluem os cursos industriais o acesso a qualquer curso do 2º ciclo de nível médio e às escolas de engenharia e aos demais cursos de nível superior.

A conquista da autonomia administrativa e pedagógica das escolas técnicas e industriais já está incluída no ante-projeto de

reforma do ensino industrial, encaminhado ao Congresso pelo executivo.

Por sua vez o acréscimo em si mesmo de cursos de engenharia aos cursos técnicos de nível médio independente da criação de uma universidade.

É certo que conquistados as etapas acima resta muito que fazer ainda no setor de equipamentos, dos recursos, do professorado, dos métodos, na obtenção de variedades de oportunidades educativas e plasticidade administrativas.

É também incontestável que asseguradas condições estruturais mínimas haverá sempre uma tarefa imensa a ser preenchida com esforço, seriedade e continuidade.

Mas não parece dúvida que o nome "Universidade do Trabalho", sôbreposto a essa estrutura não terá, por si só, o dom de assegurar tais virtudes e progressos.

Por outro lado, as experiências brasileiras revelam que a outorga pura e simples de um status universitário pode ocorrer sem nenhuma alteração e melhoria das condições administrativas, educacionais e culturais das instituições supostamente beneficiadas.

A consciência desses fatos não exclui o nosso dever de examinar a idéia.

Para começar devemos escoimá-la do equívoco de que a Universidade do Trabalho é o instrumento, uma espécie de condição "si ne qua non", usado no preparo de mão de obra dos países mais industrializados.

O fundamento da aspiração parece assentar na convicção de muitos de que uma instituição que reuna cursos de nível médio e superior de tipo técnico a que se empreste a categoria ou pelo menos o título de Universidade assegurará à mesma prestígio social e, em consequência, atrairá jovens de melhor nível social para as atividades de produção, ao mesmo tempo que estimulará jovens operários bem dotados ao estudo e ao acesso às categorias superiores dos escalões técnicos.

A universidade desempenharia papel poderoso na atração de novas gerações que em parte se desviariam da sedução das carreiras leberais para as profissões técnicas.

O nome teria, no caso, o dom de criar um novo clima de fé e de entusiasmo que vitalizaria o ensino técnico de todos os ní

veis, capaz de polarizar a opinião pública, o Congresso e o Executivo no sentido da concessão de vultosos recursos orçamentários e das medidas legais e administrativas necessárias ao sucesso desse tipo de ensino.

- 29 - Ao nosso ver o problema a ser examinado é o da opção entre uma das seguintes hipóteses:
- a - manutenção do projeto de reorganização do ensino industrial já enviado ao Congresso por mensagem do Executivo, que assegura autonomia administrativa e pedagógica às escolas industriais e técnicas da União;
 - b - acréscimo ao plano do item a de cursos de engenharia e outros de nível universitário diretamente relacionados com a produção em algumas escolas técnicas;
 - c - avançar alguma coisa sobre o plano b com o acréscimo do nome de universidade para uma ou mais daquelas escolas técnicas.
- 30 - Esse ato de optar precede a elaboração de um ante-projeto.

VIII REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA

UNESCO

INFORME APRESENTADO PELA DELEGACÃO DO BRASIL SOBRE EDUCAÇÃO DE
BASE PARA TRABALHADORES

MONTEVIDEO

1954

INFORME APRESENTADO PELA DELEGAÇÃO DO BRASIL SOBRE EDUCAÇÃO DE BASE
PARA TRABALHADORES

1. Os "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores", instituídos no Brasil pela Comissão do Imposto Sindical (CIS), órgão mantido pela contribuição compulsória de um dia de salário de cada trabalhador, enquadram-se no setor de Educação de Adultos, apresentando, no entanto, particularidades que merecem ser divulgadas e cujo conhecimento poderá ser útil a outros povos que lutem contra problema semelhante.

2. O Brasil é um país que se defronta com elevado índice de analfabetismo e tal se deve principalmente a que, com a extinção do trabalho escravo verificada em 1888, milhões de indivíduos incultos foram lançados à vida social do país, sem que, para isso, estivessem devidamente preparados.

3. O governo da República, instalado em 1889, recebeu do Império uma herança que traduz complexo problema e para cuja solução tem envidado os maiores esforços.

4. A educação é modernamente conceituada como processo concomitantemente individual e social; individual porque suscita, desenvolve e aprimora as qualidades sômato-psíquicas de cada ser humano e social porque o integra na comunidade, tornando-o útil a si mesmo e aos seus semelhantes.

5. O desajustamento social procede, conseqüentemente e em grande parte, da deficiência com que possam atuar os processos educativos, permitindo a instalação de um círculo vicioso em que a ignorância gera a miséria e a miséria perpetua a ignorância.

6. Nas observações que temos realizado, chegamos à dolorosa conclusão de que, em certas comunidades de trabalhadores, a quantidade de analfabetos se representa assustadoramente por 90% de seus membros, caracterizando-se o analfabetismo como o fator principal pelo baixo padrão de vida, quase miserável, com que se apresentam tais populações.

7. A recuperação social dessas centenas de milhares de seres humanos é medida que se impõe como obrigação precípua do Es-

tado e das instituições que se identificam por uma ação supletiva, quer no âmbito nacional como a CIS, quer no internacional como a UNESCO.

8. A UNESCO é uma organização criada para difundir Educação, Ciência e Cultura, mas as duas últimas serão impossíveis sem a base que a primeira possa oferecer; em consequência, a Educação de Base deve figurar entre as mais importantes preocupações da UNESCO dentro do seu elevado programa de dar ao homem o direito de pensar livremente e, mais do que isso, de poder exprimir o seu pensamento, libertando a vida espiritual de dogmas, preceitos ou preconceitos que o possam jungir ao temor que a ignorância das causas de cada fato ou fenômeno determina.

9. O Brasil **tudo tem feito** no sentido de resolver, o mais rapidamente possível, o crucial problema do analfabetismo, que tanto o aflige e entrava seu mais rápido progresso. Assim, na esfera governamental, o Ministério da Educação e Cultura leva a efeito a Campanha Nacional de Educação de Adultos, instituída pelo Prof. Lourenço Filho há quase uma década; milhares de classes são mantidas por esta Campanha em diferentes pontos do país, procurando, numa ação supletiva, envolver os que escaparam à rede escolar no tempo oportuno. No domínio da iniciativa privada, o Serviço Social da Indústria (SESI), instituição de caráter patronal, também pode contar às centenas os cursos de educação de adultos que mantém com resultados bastante animadores.

10. No corrente ano, graças aos esforços de um professor brasileiro que participara da Reunião de Peritos em Educação de Trabalhadores, levada a efeito em 1953 no Chateau de la Brevière, em Saint-Jean-aux-Bois (France), sob os auspícios da UNESCO, e que colocou em prática os conhecimentos ali adquiridos, foram instalados os primeiros "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores", patrocinados pela Comissão do Imposto Sindical, o que significa dizer mantidos com a contribuição compulsória correspondente ao salário de um dia de cada trabalhador, qualquer que seja a sua categoria profissional e sindicalizado ou não; em última análise, os cursos de educação de base para trabalhadores são mantidos pelos próprios trabalhadores que, assim, juntam o seu esforço ao do governo e ao dos órgãos patronais.

11. Os referidos cursos, ainda em pequeno número (não chegam a 50), estão apresentando resultados bastante animadores, fun

cionando como verdadeiros centros experimentais de Educação de Base e possibilitando melhor compreensão das necessidades reais do trabalhador e conhecimento mais profundo das reações psíquicas que determinam o seu comportamento social.

12. Os "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores" estão funcionando nas sedes das entidades sindicais ou associações profissionais, diretamente animados e fiscalizados pelos respectivos responsáveis, com professor de comprovada competência escolhido na própria localidade. Os cursos de primeiro nível, que são os atualmente em funcionamento, constam apenas de leitura, escrita e contas e objetivam, com a duração de dez meses, ensinar o trabalhador a ler, escrever e fazer contas (quatro operações fundamentais), de modo a satisfazer às suas imediatas e prementes necessidades. Os cursos de segundo nível, também com a duração de dez meses, ainda não instalados, ministrarão conhecimentos indispensáveis relacionados à vida profissional, ao lar e à comunidade, procurando converter o trabalhador em um cidadão perfeitamente conscio de seus deveres e direitos, integralmente ajustado aos interesses e ideais da comunidade.

13. A este respeito vale considerar que o índice elevadíssimo de analfabetos (mais de 80%) aponta a razão precípua pela qual não pode o trabalhador ser politizado, ressalta o motivo que o impede de se transformar em verdadeiro cidadão e assim influir sobre os destinos do país com o exercício de um direito que lhe tem sido até agora negado: o direito de votar, de exprimir a sua vontade política.

14. Os "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores", em lugar dos antigos "cursos de alfabetização", representam um avanço no domínio da recuperação social do trabalhador analfabeto. A elevada percentagem de evasão anteriormente verificada nos chamados "cursos de alfabetização", pois em cada cem trabalhadores menos de dez concluíam os estudos previstos, aconselhou cuidadosa investigação sobre o assunto.

15. Analisando as causas determinantes do fenômeno, verificamos que, na maioria das vezes, os trabalhadores, embora adultos, homens caejados pelo trabalho rude, eram tratados como crianças, provocando-se em seu espírito uma reação negativa que os afastava dos chamados "cursos de alfabetização". Em primeiro lugar, o adulto não gosta de dizer que "está aprendendo a ler", que "está sendo alfabetizado"

ou que "está matriculado no curso de alfabetização"; mas se sente orgulhoso quando afirma estar matriculado no "Curso de Educação de Base para Trabalhadores". As carteiras escolares, via de regra incômodas para o seu tamanho, fazem-no "prisioneiro", como se fôsse uma criança, desagradando-o. As "cartilhas", usadas para a alfabetização, estão impregnadas de um sentido pejorativo que provoca retração. Por outro lado, os cadernos de caligrafia, que estavam sendo adotados, usavam letra de pé, quando o adulto, o trabalhador braçal, encontrará na escrita inclinada a correspondência de suas necessidades; o ante-braço apoiado lhe permite melhor domínio dos movimentos da mão, aumentando a precisão de que carece para reproduzir o contorno das letras ou manter o alinhamento das palavras. Em consequência de tais observações e para assegurar o êxito dos cursos planejados, foram adotadas as seguintes providências:

a) - substituição da expressão "Curso de Alfabetização" por "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores";

b) - funcionamento dos referidos cursos nas entidades sindicais, sede de associações profissionais ou em locais especialmente obtidos para esse fim, evitando-se os grupos escolares ou escolas primárias, como vinha ocorrendo;

c) - substituição das carteiras escolares por mesas para pequenos grupos de 8, 10 ou 12 trabalhadores, onde eles se sintam com liberdade de movimento e em situação semelhante às que normalmente ocorrem em sua vida, como quando estão em casa ou participam de uma reunião; tais mesas, cujas fotografias constituem anexo, apresentam múltipla utilidade, servindo também para os Cursos de Corte e Costura, para as reuniões sindicais, para os cursos de desenho arquitetônico (mantidos por alguns Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário), para o serviço de almoços ou "cock-tails"; quando não estão em uso, poderão ser desarmadas e encostadas a uma parede, economizando espaço de que quase sempre carecem as entidades sindicais;

d) - substituição das habituais "cartilhas de alfabetização" pelos "Guias de Leitura";

e) - substituição dos cadernos de caligrafia de letra de pé pelos de letra inclinada (própria para adultos);

16. Há ainda uma observação que vale ser ressaltada: embo-

ra a percentagem de analfabetos entre os trabalhadores seja grande, as entidades sindicais respondiam negativamente quando consultadas sobre se desejavam cursos de alfabetização em suas sedes. Era preciso investigar as verdadeiras causas dessa formal recusa; a conclusão a que se chegou merece ser divulgada.

17. As sedes das entidades sindicais, sobretudo do interior do país, são modestas e ocupam uma ou duas salas; assim, quando o sindicato manifestava o desejo de ter em sua sede um "curso de alfabetização", a instituição responsável pela iniciativa enviava-lhe dez ou quinze carteiras que atropetavam o espaço útil e impediam o regular funcionamento de sua vida associativa; os interesses de centenas de associados ficavam prejudicados por 15, 20 ou 30 que "estavam aprendendo a ler". E, pouco a pouco, os sindicatos se tornaram inimigos dos "Cursos de alfabetização", que ameaçavam paralizar a sua vida associativa; mas aquilo que, na verdade, os sindicatos não queriam, eram as carteiras, muito embora afirmassem não desejar os "cursos". A solução do problema, portanto, era simples: bastava eliminar dos cursos as carteiras; e isto foi feito, providenciando-se a sua substituição pelas mesas já citadas.

18. Hoje os sindicatos são os primeiros a solicitar a instalação dos "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores", com o que obtêm as referidas mesas de múltipla utilidade. E assim um aspecto negativo foi transformado em fator positivo.

19. Os "Cursos de Educação de Base para Trabalhadores" estão funcionando em diferentes cidades do Brasil, com classes de trinta alunos, que recebem doze aulas por mês durante um período de 10 meses, totalizando portanto 120 aulas, com a duração de 90 minutos cada.

20. Outros detalhes de natureza didática, técnica ou financeira poderão ser diretamente fornecidos pela Delegação do Brasil ou pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Rio de Janeiro-Brasil) à UNESCO ou aos países membros interessados no assunto. Convém finalmente ressaltar que a presente experiência, de resultados bastante promissores, inspirou-se nas idéias e recomen-

dações da Reunião de Peritos em Educação de Trabalhadores promovida pela UNESCO, em 1953, no Chateau de la Brevière, Saint-Jean-aux-Bois, França.

Montevideo,

novembro de 1954.

Paulo Berredo Carneiro
Chefe da Delegação do Brasil

Inezil Penna Marinho
Assessor para Assuntos de Educação

PROJETO DE RECOMENDAÇÃO

Considerando que a UNESCO tem promovido sucessivos estágios para preparar peritos em educação de base para trabalhadores, seguidos de reuniões para a discussão dos problemas que lhe são correlatos;

Considerando mais que muitos desses peritos regressam aos seus países de origem e não têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos;

Considerando ainda que, em consequência, a ajuda técnica concedida pela UNESCO não é devidamente aproveitada;

Considerando finalmente que alguns peritos, embora consigam aplicar as técnicas aprendidas, não informam sobre os resultados alcançados;

A OITAVA REUNIÃO GERAL DA UNESCO resolve recomendar aos países membros interessados no assunto que:

a) - organizem "Cursos Experimentais de Educação de Base para Trabalhadores", aproveitando para tal fim o pessoal que tenha participado dos estágios e reuniões já promovidos pela UNESCO;

b) - solicitem ajuda técnica para a organização dos referidos cursos, caso não disponham do pessoal necessário;

c) - informem sobre os resultados alcançados, esclarecendo as técnicas empregadas.

Montevideo,

novembro de 1954.

Paulo Berredo Carneiro
Chefe da Delegação do Brasil

Inezil Penna Marinho
Assessor para Assuntos de Educação